

CARTA DE BOA VISTA

O 61º CONAD do ANDES-SN, com o tema “Defesa dos direitos sociais, da educação e dos serviços públicos”, realizou-se na cidade de Boa Vista, Roraima, sob a organização da SESDUF-RR Seção Sindical, e contou com a participação de 51 delegados, 146 observadores de 57 Seções Sindicais e 4 convidados, no período de 30 de junho a 3 de julho 2016.

Resistência, paixão, emoção... Luta coletiva. Essas palavras talvez consigam enunciar com brevidade o clima experimentado pelos delegados e delegadas, observadores e observadoras, convidados e convidadas do ANDES-SN reunidos na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Pois, já na plenária de instalação, qual não foi o rebotar de sentimentos dos que conheceram e dos que privaram da convivência do Professor Márcio Antônio ao assistirem as homenagens a ele dirigidas, as quais diziam de um líder, de um comandante, de um companheiro e de um amigo. Honras feitas ainda sobre o efeito dos suaves aromas exalados no ritual realizado pela Pajé Vanda Macuxi, que comandava os cânticos e a dança Parixara, expressando a vida dos povos tradicionais de Roraima. Era, pois, um grito de alto lá! dirigido contra o escárnio de um governo ilegítimo que anunciara, dias antes, o nome de um general, de desditosa memória em favor da Ditadura Empresarial-Militar, para presidir a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Era também a reafirmação do pertencimento dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação superior, povos originários, trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo no necessário confronto contra a PEC 215/2000, o Código de Mineração, o Código Florestal, o Marco da Biodiversidade, o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação – grito que ecoaria nas deliberações sobre questões agrárias, urbanas, ambientais e de C&T.

A política e a arte se condensaram na verve do poeta Eleakim Rufino e na voz da cantora Euterpe que banharam de singelezas as plenárias e armaram os espíritos para a luta numa conjuntura marcada por severos retrocessos. Foi isso que disse o companheiro Paulo Rizzo ao fazer seu balanço da gestão que se encerra. Ele invocou as batalhas travadas, o aprendizado e o amadurecimento do Sindicato. Depois procedeu à posse da nova presidente, a companheira Eblin Joseph Farage, para a gestão 2016-2018, o qual deu posse aos demais oitenta e dois integrantes da diretoria e, em seu discurso, identificou os elementos centrais da crise do capitalismo e as suas reverberações na agenda regressiva em curso na sociedade brasileira e no campo dos direitos sociais.

A nova diretoria assumiu com o compromisso de defender os princípios do ANDES-SN e com a responsabilidade de fortalecer a unidade da categoria pela intensificação do trabalho de base, no interior do Sindicato, e com a classe trabalhadora combativa, envidando esforços na construção de um campo de lutadores\as frente à conjuntura regressiva. Nas palavras da presidente empossada, “que sejamos capazes de usar esse momento para nos fortalecer, fazer da crise potência para a nossa luta, para os nossos desafios internos e enquanto classe, o que pressupõe uma organização e ampla com todas e todos aquelas e aqueles que estão nas ruas contra a retirada de direitos”.

Na análise de conjuntura, identificou-se que os intensos ataques à classe trabalhadora, materializados em retirada de direitos e criminalização de movimentos sociais, refletem uma profunda crise política, econômica e social no país, ou seja, reflexo da crise estrutural do capitalismo. Em reação a essa conjuntura, a classe trabalhadora e a juventude, no Brasil e no mundo, têm protagonizado lutas acirradas, sobretudo em contextos de governos de conciliação de classe. No mundo e no Brasil, a juventude e os trabalhadores e trabalhadoras têm protagonizado movimentos de

resistência e de enfrentamento à retirada de direitos sociais, mostrando que novos ares sopram na luta de classes, evidenciando a necessidade de aglutinação dos esforços para a reorganização da classe trabalhadora e para a instauração de uma nova sociabilidade para além do capital.

No ANDES-SN, greves acirradas em onze seções sindicais do setor das IEES-IMES, espalhadas em cinco estados, articuladas com técnico-administrativos e discentes, são lutas contra o ajuste fiscal nos Estados, por melhores condições de trabalho e contra o ataque aos direitos conquistados. Essas greves mostram a força e a vitalidade do ANDES-SN no seio da classe trabalhadora e na defesa de seu projeto de Universidade pública, gratuita, socialmente referenciada, laica e de qualidade, além da luta contra os ataques que buscam o desmantelamento do serviço público nos Estados. Reforçam essa trincheira de luta as ocupações estudantis em algumas das Instituições Federais de Ensino Superior e em várias escolas da educação básica.

A análise sobre a atualização da conjuntura e da política sindical refletiu as diferentes perspectivas da categoria em relação à conjuntura política do país. Após intenso debate das diferentes compreensões políticas em torno da conjuntura, chegou-se a um posicionamento contra o governo interino que chega ao poder por meio de uma manobra parlamentar, jurídica e midiática. Ao posicionar-se pelo Fora Temer! Contra a política de conciliação de classes, o ajuste fiscal, a retirada de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, os cortes nas políticas sociais e pela defesa da auditoria da dívida pública e da Greve Geral, os delegados e as delegadas do 61º CONAD, representantes de suas bases, construíram um direcionamento para o nosso Sindicato frente ao desafio de construção da unidade na luta, no próximo período.

O 61º CONAD, cumprindo o seu papel de conselho fiscal, aprovou a prestação de contas do Exercício 2015 do ANDES-SN e a previsão orçamentária para o Exercício de 2017. Discutiu e atualizou os planos de lutas da educação, os direitos e a organização dos trabalhadores e dos setores das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino superior (IEES/IMES) e das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Na atualização do plano de lutas dos setores, dentre as ações aprovadas que se relacionam com os dois setores e o conjunto dos servidores públicos, destacam-se a continuidade da luta contra a aplicação da Lei nº 13.243/2016 (MLCT&I), que estabelece o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, o PLP 257/2016, a PEC 241/2016, prevendo o congelamento do orçamento da União para as políticas sociais por mais de 20 anos, dentre outros graves ataques, e a contrarreforma da previdência, com a construção de uma campanha nacional em defesa da previdência pública e contra a retirada de direitos previdenciários. No setor das IFES, deliberou-se pela intensificação das ações nos espaços de unidade dos servidores públicos federais, levando o debate sobre a perspectiva de rearticulação da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF) como espaço organizativo e político da luta dos servidores públicos federais. Também deliberou-se pela participação nas ações da frente parlamentar mista em defesa da previdência social. Como subsídio à construção da pauta do setor, realizar-se-á uma reunião conjunta com os GTPE, GTcarreira e GTC&T.

O 61º CONAD foi realizado após o II Encontro Nacional de Educação, momento fundamental de consolidação de organização das lutas em defesa do projeto classista e democrático de Educação, o qual indicou algumas ações para serem apreciadas pelas entidades que o compõem. 1. Transformar o Comitê dos 10% do PIB para a educação pública já! em coordenação nacional das entidades em defesa da educação pública; realizar o debate sobre a construção de uma greve nacional da educação; criar e fortalecer fóruns, comitês ou coordenações em defesa da educação pública nos estados; intensificar e unificar a luta contra o projeto “escola sem partido”; e

realizar no dia 11 de agosto o dia nacional de luta em defesa da educação pública. Todos esses indicativos foram aprovados no 61º CONAD.

Em relação às questões agrárias, urbanas e ambientais, o 61º CONAD deliberou pela intensificação da discussão da política energética do país, incluindo o debate sobre o mineral NIOBIO; pela produção de uma revista que aborde esses temas e a luta contra as PECs 53/2014 e 65/2012.

A fim de dar maior visibilidade ao enfrentamento ao Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, deliberou-se por realizar um dia nacional de luta contra o referido Marco, bem como a sua regulamentação e implementação nas IES públicas. Além disso, realizar-se-á seminário nacional sobre ciência e tecnologia em novembro do ano em curso.

No contexto de alguns acontecimentos que refletem uma brutal violência em relação à comunidade GLBT, às mulheres, aos negros e negras, às comunidades indígenas, o 61º CONAD incluiu no calendário de lutas do nosso sindicato os dias dedicados ao combate à homofobia, à lesbofobia e à transfobia. Ficou patente a necessidade de se intensificar os debates e as ações de enfrentamento contra todas as formas de opressão, seja no âmbito interno de nossas instituições ou e em outras frentes de lutas. Uma demonstração disso foi o lançamento da Revista Universidade e Sociedade, nº 58, com o tema *Mulheres em movimento nas lutas sociais e sindicais* e a Cartilha em defesa dos direitos das mulheres, dos indígenas, das/os negras(os) e das(os) LGBT.

Em relação à política de seguridade, saúde e assuntos de aposentadoria, o CONAD aprovou intensificar a luta com os demais movimentos sociais pela defesa do SUS e contra o fim da universalização do direito à saúde e pela ampliação do financiamento do sistema público de saúde. Além disso, aprovou-se a publicação de cartilha que oriente a realização de pesquisa sobre saúde e adoecimento docente.

A homologação da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Sul da Bahia (SINDIUFBSB) e a aprovação dos novos critérios de acesso ao Fundo Único do ANDES-SN demonstram o amadurecimento político e organizativo de nosso Sindicato, que continuará com as ações da Comissão da Verdade, recomposta no evento, e com o lançamento do Caderno Andes nº 27, com os Relatos da Comissão da Verdade.

Com a calorosa recepção dos companheiros e das companheiras da SESDUFRR, o 61º CONAD foi um evento marcado por um denso debate político que produziu uma atualização na agenda de lutas do ANDES-SN, que nos arma para os duros enfrentamentos que teremos no semestre vindouro. O 61º CONAD escreveu mais uma bela página na história do ANDES-SN, revigorando nossa disposição para continuar representando e defendendo os interesses dos docentes, sem jamais se furtar a contribuir com a luta daqueles e daquelas que se mantêm firmes e determinados na construção de uma sociedade sem exploração e opressão. Eis aí uma maneira de reafirmar o legado do nosso inesquecível companheiro Márcio Antônio, que a partir deste CONAD dará nome à sala de secretaria da sede do ANDES-SN. Márcio Antônio, presente!

Boa Vista, 3 de julho de 2016

MOÇÕES

Moção 1

Proponente: Delegação da ADUFF-SS ao 61º CONAD
Seção Sindical: ADUFF SSIND
Destinatário: Reitoria da Universidade Federal Fluminense (UFF)
Endereço do destinatário: Rua Miguel de Frias, 9, Icaraí, Niterói
E-mail: reitor@id-uff.br

Fato motivador da moção: Despejo do sindicato dos trabalhadores da UFF (SINTUFF) por parte da reitoria da UFF.

MOÇÃO DE REPÚDIO AO DESPEJO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UFF (SINTUFF) POR PARTE DA REITORIA

Os(as) Delegados(as) do 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista/RR, no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, manifestam o seu repúdio à reitoria da Universidade Federal Fluminense (UFF) pelo violento despejo, com uso de força policial ostensiva, executado na manhã de hoje, 2/7/2016, da sede do Sindicato dos trabalhadores da UFF (SINTUFF).

A violenta ação da desocupação do espaço ocupado pela entidade, há décadas, claramente consiste numa retaliação à luta, acirrada nos últimos meses, que este Sindicato vem travando com a Reitoria, especialmente em decorrência da resistência contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e do direito à jornada de 30 horas, pauta histórica dos técnico-administrativos.

O falacioso argumento usado pela Reitoria (ocupação de espaço público por entidade privada) facilmente é desconstruído pela constatação de que há vários espaços, a exemplo de agências bancárias, ocupados por entidades privadas com fins lucrativos.

Ressalta-se ainda que desalojar um sindicato de classe do espaço que ocupa no próprio campo de trabalho de seus filiados fere frontalmente a livre associação e a organização sindical.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 2

Proponente: Diretoria do Andes-SN

Destinatários: James L. Cavallaro, Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos/OEA; Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Francisco Cândido de Melo Falcão Neto, Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Desembargador LEOBINO VALENTE CHAVES, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás; Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás; Michel Temer, Presidente Interino da República

Endereços dos destinatários:

- Comisión Interamericana de Derechos Humanos. 1889 F Street NW. Washington, D.C., 20006. Estados Unidos. E-mail: cidhoea@oas.org
- Supremo Tribunal Federal – Praça dos Três Poderes – Brasília (DF), CEP 70175-900.

- E-mail: gabinete-lewandowski@stf.gov.br
- Superior Tribunal de Justiça – SAFS – Quadra 06, lote 1, trecho III, CEP: 70095-900 –Brasília (DF). E-mail: presidencia@stj.jus.br
- Tribunal de Justiça do Estado de Goiás – Palácio Desembargador Clenon de Barros Loyola –Av. Assis Chateaubriand, nº 195, Setor Oeste – Goiânia/ Goiás, CEP 74.130-012. E-mail: ouvidoria@tjgo.jus.br
- Governo de Goiás – Secretaria de Estado da Casa Civil. Rua 82, s/n, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 8º andar, Setor Sul, CEP 74-088-900. E-mail: faleconosco@casacivil.go.gov.br
- Presidência da República – Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, 3º Andar, CEP 70.150-900, Brasília (DF). E-mail: gabinetepessoal@presidencia.gov.br

Fato motivador da Moção: Prisão de militantes e de lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Estado de Goiás, enquadrados na Lei nº 12.850/2013, que tipifica as Organizações Criminosas.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os(as) Delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, manifestam repúdio à prisão arbitrária de agricultores e do geógrafo José Valdir Misnerovicz, lideranças ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Estado de Goiás. As instâncias judiciárias do Estado de Goiás efetuaram as prisões fundamentadas na Lei nº 12.850/2013, que tipifica as Organizações Criminosas. Igualar militantes e movimentos sociais pela lei que trata das organizações criminosas é mais uma tentativa para intensificar a perseguição e a criminalização dos movimentos sociais legítimos no Brasil. Somos contra essa e qualquer iniciativa para criminalização dos movimentos e exigimos a liberdade imediata dos presos políticos ligados ao MST em Goiás.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 3

Proponente(s): Sérgio Luiz C. Barroso, Milton Pinheiro, Carlos Vitório, Gean Cláudio de Souza Santana, Gracinete Bastos de Souza.

Seções Sindicais: ADUSB-SSIND, ADUNEB-SSIND, ADUSC-SSIND e ADUFS-SSIND

Destinatário(s): Fórum de Reitores das Universidades Estaduais da Bahia

Endereços dos destinatários:

Paulo Roberto Pinto Santos, Estrada do Bem Querido, km 4	José Bites de Carvalho Rua Silveira Martins, 2555 – Cabula
---	---

Caixa Postal 95 Vitória da Conquista (BA) CEP: 45083-900	Salvador (BA) – Brasil CEP: 41.150-000
Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro Universidade Estadual De Santa Cruz Campus Soane Nazaré de Andrade Rodovia Jorge Amado, km 16 Bairro Salobrinho CEP 45662-900 Ilhéus-Bahia	Evandro do Nascimento Silva Universidade Estadual de Feira de Santana Avenida Transnordestina, s/n Novo Horizonte Feira de Santana (BA) CEP 44036-900

Fato Motivador da Moção: a conivência do Fórum de Reitores com a política do Governo Rui Costa, que impõe a redução do orçamento às universidades, não cumpre direitos trabalhistas consolidados em lei e ignora a pauta do movimento estudantil.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os(as) Delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, repudiam a conivência do Fórum de Reitores com a política do Governo Rui Costa, que impõe a redução do orçamento às universidades, não cumpre direitos trabalhistas consolidados em lei e ignora a pauta do movimento estudantil. Essa conivência se expressa publicamente na Nota à Comunidade Acadêmica, publicada em 11.5.2016, e no Ofício nº 6 do dia 17.05.2016, ambos assinados pelo Fórum de Reitores.

Em primeiro lugar, aos reitores Paulo Roberto Pinto Santos (UESB), José Bites de Carvalho (UNEB), Evandro do Nascimento Silva (UEFS) e a reitora Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro (UESC) cumprem assumir a condição de representantes da comunidade universitária, posto que foram eleitos para exercerem essa função. Dessa maneira, soa estranho o teor do Ofício nº 6, encaminhado à coordenação do Fórum das ADs, uma vez que tergiversa sobre assuntos fundamentais, sem deixar claro um posicionamento em relação à gravidade da situação de penúria orçamentária das universidades estaduais baianas, que vem se aprofundando desde 2014, com uma perda real de 73 milhões de reais.

Colaborando ainda mais para o agravamento dessa situação, os reitores e a reitora promovem localmente as políticas de ajuste fiscal dos governos federal e estadual, ao cortar serviços de transporte de servidores e ao demitir funcionários terceirizados de limpeza e de vigilância, fundamentais para a execução das atividades-fim nas universidades estaduais baianas.

O Fórum das ADs vem há muito tempo denunciando à sociedade baiana, pagadora dos impostos que mantêm o funcionamento das universidades estaduais, o descaso do governo Rui Costa com o ensino superior público e gratuito no Estado. A política se traduz numa prática perversa: falta de professores nas salas de aula e de técnicos administrativos nos setores, ausência de material nos laboratórios e equipamentos de segurança, falta de papel e acervo bibliográfico defasado, suspensão de aulas de campo e de serviços básicos como reprografia. Sem falar nos altos índices de evasão discente constituídos muito em função da inexistência de uma política de permanência estudantil.

Desde o ano passado, após uma greve de quase noventa dias, o movimento docente também tem relatado os problemas da categoria ao Fórum de Reitores, que incluem a retirada ilegal do adicional de insalubridade, a extinção da licença sabática, a não concessão de promoção, a progressão na carreira e alteração de regime de trabalho e a suspensão da contratação de professores substitutos para possibilitar o afastamento para qualificação. O movimento docente também tem denunciado a inexistência de creches e de residências universitárias que contemplem minimamente a demanda, além de apoiar o movimento estudantil em sua luta por um programa de permanência qualificado.

Enquanto isso, o Fórum de Reitores adota o silêncio público e mantém a aparência de absoluta normalidade nos sites e nos pronunciamentos institucionais. Numa atitude conivente com as políticas de ataques do governo Rui Costa (PT) aos direitos dos professores e das professoras, em nota pública do dia 11 de maio, o Fórum de Reitores assumiu uma postura governista e atuou como assessoria de comunicação da Sefaz. Os gestores, legitimamente eleitos pela comunidade universitária, reproduziram o discurso da superação do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal para justificar a ordem do Governo de não autorizar a ampliação de carga horária e a realização de concurso público para docentes e técnico-administrativos, sem mencionar os milhares de alunos que ficarão sem aula por inexistência de professor. Além disso, reafirmam sem questionar, a intromissão de órgãos burocráticos que não têm nenhuma relação com o cotidiano das universidades, como a Procuradoria Geral do Estado (PGE), para autorizar a promoção e a progressão dos docentes.

Por fim, o Fórum de Reitores demonstra não ter compromisso com os professores e as professoras ao não tomar uma atitude unificada por meio das procuradorias jurídicas das universidades que vise garantir o direito à concessão da licença sabática aos docentes já ingressos na carreira e com tempo de serviço para fruição da licença. Reitores e Reitora esquecem que a Lei nº 13.471/15 viola o Estatuto do Magistério Superior e subscrevem a violência empregada pelo Governo no final do ano de 2015 para fazê-la aprovar na Assembleia Legislativa da Bahia. São direitos consolidados há mais de 10 anos, negados por aqueles e aquela que deveriam ser seus defensores intransigentes.

Dessa maneira, reiteramos que os compromissos dos reitores e da reitora devem ser com a comunidade acadêmica que os elegeu, e não com governos que agem contra os interesses das universidades estaduais baianas. Diante da crise política pelo qual passamos, é mister tirar lições de que os governantes, sejam eles do poder executivo ou de qualquer outro poder, devem sempre responder aos anseios daqueles que os elegeram, sob pena de serem responsabilizados pelas suas omissões e faltas com aqueles que são os legítimos detentores da vontade de representação política que lhes foi concedida, o povo.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 4

Proponente: Delegação da APUFPR-SSind no 61º CONAD

Seção Sindical: Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná – Seção Sindical do ANDES-SN (APUFPR-SSind)

Destinatários:

- Reitoria da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR),
Prof. Waldemiro Gremski, Reitor da PUCPR
Rua Imaculada Conceição, 1155, Bairro Prado Velho, Curitiba (PR), CEP 80215-901.
E-mail: secretaria.geral@pucpr.br

-Sindicato dos Professores do Ensino Superior de Curitiba e Região Metropolitana (SINPES).
Rua Marechal Deodoro 869, cj. 606, Curitiba (PR)
E-mail: sinpes@sinpes.org.br

Dom José Antônio Peruzzo
Arcebispo Metropolitano de Curitiba
Grao Chanceler da PUCPR
Rua Jaime Reis, 369
Cep 805100-10, Curitiba (PR)

Irmão Inácio Etges
Superior Provincial Marista Sul/Amazônia
Rua Dr. José Otao, 11
90035-060 , Porto Alegre (RS)

Professor Aluísio Surgik
Presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Superior de Curitiba e Região Metropolitana
Rua Marechal Deodoro, 869
Cep 80060-010, Curitiba (PR)

GAZETA DO POVO
Presidente Guilherme Doring Cunha Pereira
Rua Pedro Ivo, 459
Cep: 80010-020 - Curitiba (PR)

Sindicato dos Jornalistas do Estado do Paraná
Presidente Gustavo Henrique Vidal
Rua José Loureiro, 211
Cep 80010-140, Curitiba (PR)

Associação dos Magistrados do Paraná
Presidente Frederico Mendes Júnior
Rua Alberto Folloni, 541/3
Cep 80540-000, Curitiba (PR)

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
Presidente Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos

Praça Nossa Senhora da Salette
Cep 80530-912, Curitiba (PR)
Corregedoria - Geral de Justiça
Mesmo endereço do Tribunal de Justiça.

Fato Motivador da Moção: Afastamento de professores pertencentes à Diretoria do SINPES pela Reitoria da PUCPR em virtude de artigos publicados no jornal do sindicato.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os(as) Delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, repudiam a perseguição determinada pela Reitoria da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) contra professores da Instituição, que são dirigentes sindicais do Sindicato dos Professores do Ensino Superior de Curitiba e Região Metropolitana (SINPES) e que foram afastados de suas atividades didáticas com corte dos salários, por estarem lutando em defesa da categoria docente e exigem imediata reintegração dos professores afastados arbitrariamente e o fim da perseguição ao SINPES.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 5

Proponente: Delegação da APUFPR-SSind no 61º CONAD

Seção Sindical: Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná – Seção Sindical do ANDES-SN (APUFPR-SSind)

Destinatários: Gazeta do Povo, Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR)

Endereço do Destinatário:

- Rua Pedro Ivo 459, Centro, Curitiba (PR), CEP 80010-020 Tel.: (41) 3321-5000,

- Rua Alberto Folloni 541/543 Juvevê, Curitiba (PR), CEP 80540-000, Tel.: (41) 3017-1600

Fato Motivador da Moção:

Após publicarem reportagem sobre salários de juízes e de promotores do Estado do Paraná, os repórteres do jornal Gazeta do Povo estão sendo processados em dezenas de cidades do Paraná por magistrados que pedem indenização por danos morais.

MOÇÃO DE APOIO E SOLIDARIEDADE

Os(as) Delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, manifestam o seu apoio e a sua solidariedade aos jornalistas do jornal Gazeta do Povo, da cidade de Curitiba (PR), que estão sendo processados em dezenas de cidades do Paraná, por magistrados que pedem indenização por danos morais, pelo fato de os jornalistas terem publicado matérias sobre os supersalários da magistratura paranaense. Nessas matérias, os jornalistas atuaram no livre exercício da profissão e da liberdade de imprensa, sendo que pelos princípios da lei da transparência a remuneração de todos os servidores públicos deveria ser de conhecimento público.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 6

Proponente: Diretoria da Asduerj

Seção Sindical: Asduerj

Destinatário(s):

- a) Reitoria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro;
- b) Trabalhadores do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) e da Policlínica Piquet Carneiro (PPC).

Endereço do(s) Destinatário(s):

- Rua São Francisco Xavier, 524, andar T, Bloco F, Sala T014

Maracanã – Rio de Janeiro (RJ), Cep: 20550-900

- Rua São Francisco Xavier, 524, 1º andar, bloco D, sala 1026. Maracanã – Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20550-900

Fato Motivador da Moção: judicialização da greve dos servidores técnico-administrativos.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os(as) Delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, repudiam veementemente a decisão da direção do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) e da Reitoria da UERJ de recorrer ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro requerendo a decretação de ilegalidade da greve dos servidores técnico-administrativos do HUPE e da Policlínica Piquet Carneiro (PPC).

Tal ato significa um ataque inadmissível ao direito de greve dos trabalhadores em nossa Universidade e atenta contra as alegadas intenções de garantir o direito à saúde, pois o que de fato impede o adequado funcionamento do HUPE é a falta de repasse regular de verbas e de salários por parte do governo do estado do Rio de Janeiro, que resulta no sucateamento do Hospital.

É lamentável que a Administração da UERJ, ao invés de pressionar o governo estadual – e eventualmente até acionar a justiça – para garantir o direito à saúde, se volte contra os servidores técnico-administrativos da UERJ.

A atual situação da Universidade exige de toda a comunidade da UERJ unidade para derrubar o projeto deste governo de desfinanciar e de sucatear a UERJ e todas as universidades públicas deste estado.

Nesse sentido, exigimos que a Reitoria da UERJ, na audiência de conciliação marcada para o dia 5 de julho, retire o pedido de ilegalidade da greve dos servidores técnico-administrativos.

A luta das/os trabalhadoras/res e das/os estudantes, em GREVE, desta universidade é por uma saúde e educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, e a repressão a esses movimentos é inaceitável.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 7

Proponente: Diretoria da Asduerj

Seção Sindical: Asduerj

Destinatário: Mônica Lima

Endereço do Destinatário:

Rua São Francisco Xavier, 524, 1º andar, bloco D, sala 1026. Maracanã - Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20550-900

Fato Motivador da Moção: perseguição política

MOÇÃO DE APOIO

Os(as) Delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, vêm apresentar apoio à professora da rede estadual e servidora da UERJ, Mônica Lima, e expressar repúdio ao seu afastamento de suas atividades nas escolas prisionais.

Como é sabido, Mônica é uma profissional comprometida com o ensino nas escolas prisionais, mas seu afastamento – sem que tenha sido apresentado justificativa adequada ou que a professora tenha tido acesso aos documentos do processo e ao direito de defesa – parece guardar direta relação com seu envolvimento na defesa dos direitos dos povos indígenas e dos lutadores e das lutadoras criminalizados/as desde 2013.

Após ser identificada e fotografada participando de manifestações, Mônica foi removida compulsoriamente para Belfort Roxo, apesar de seu concurso ter sido para a DIESP, Regional VIII, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, compreendemos que seu afastamento tem causas políticas e busca retaliar Mônica por sua militância, e, por isso, repudiamos tal medida. O aumento da criminalização e da repressão aos movimentos sociais é uma marca do governo do Estado do Rio de Janeiro. Como tal, deve ser repudiado por todos aqueles que defendem os direitos, o serviço público, a educação e a democracia. Dessa forma, reivindicamos:

1. retorno imediato da professora Mônica Lima às suas atividades pedagógicas nas escolas prisionais de origem;
- 2) acesso, para a professora, à cópia dos documentos que foram utilizados pela SEAP para criminalizá-la e puni-la ilegalmente, acatados pela DIESP/SEEDUC sem julgamento do mérito;
- 3) imediata anulação desses e de outros processos que envolvam o seu nome.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 9

Proponente: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Roraima – SINDUERR

Destinatários:

Assembléia Legislativa de Roraima

Praça do Centro Cívico, 202, Centro, CEP: 69301-380, Boa Vista – Roraima

Telefone: 95- 4009-5500 / 95- 4009-5501

E-mail: docgeralale@gmail.com

Tribunal de Contas do Estado de Roraima
Rua Agnelo Bittencourt, nº 126, Centro, CEP: 69301-430,
Telefone: (95) 2121-4444
E-mail: tce@tce.rr.leg.br

Procuradoria-Geral de Justiça
Endereço: Av. Santos Dumont, nº 710, São Pedro, Boa Vista – Roraima (RR), CEP:
69306-680
Telefone: (95) 3621.2989/3621.2972 Fax: (95) 3623.2979

Ministério Público do Estado de Roraima
Endereço: Av. Santos Dumont, nº 710, São Pedro, Boa Vista – Roraima (RR), CEP:
69306-680
Telefone: (95) 3621.2900 – Fax: (95) 3212.3624

Fato Motivador da Moção: Decreto Legislativo nº 006/16. Altera o Decreto Legislativo 011/2014, que fixa o subsídio do cargo de Deputado Estadual, e dá outras providências. A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º O art. 1º, caput, do Decreto Legislativo 011/2014, de 23 de dezembro de 2014, que fixa o subsídio do cargo de Deputado Estadual, passa a vigorar com nova redação e acrescido do § 4º, com a seguinte redação:

Art. 1º O subsídio do cargo de Deputado Estadual é fixado em 75% do cargo de Deputado Federal, sujeito às reposições anuais constantes do inciso X do Art. 37 da Constituição Federal e acrescido dos auxílios alimentação, saúde e transporte. (NR)

§§ 1º a 3º [...]

§ 4º O membro da Assembleia Legislativa perceberá, em caráter indenizatório, além do subsídio, o auxílio-alimentação, correspondente a 30% do subsídio do cargo; o auxílio-saúde, correspondente a 20% do valor do subsídio do cargo; e auxílio-transporte, correspondente a 40% do subsídio do cargo. (AC)

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste instrumento normativo correrão à conta da dotação orçamentária da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho do corrente ano. Palácio Antônio Augusto Martins, 21 de junho de 2016.

Deputado JALSER RENIER, Presidente

Deputado NALDO DA LOTERIA, 1º Secretário

Deputado MARCELO CABRAL, 2º Secretário

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os(as) Delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, repudiam a aprovação do Decreto Legislativo nº 006/16, publicado no diário oficial da Assembleia Legislativa do estado de Roraima, no dia 30 de junho de 2016, que altera o subsídio do cargo de Deputado Estadual, acrescido de auxílios financeiros, com ganhos de mais de 90% na remuneração. Consideramos essa ação uma afronta aos recursos e ao patrimônio público e aos direitos de todas/os as/os trabalhadoras/es do estado. Num momento de redução e

de cortes abusivos dos gastos públicos com educação, saúde e demais políticas sociais e numa conjuntura local marcada pela precarização da saúde, pela não realização de concursos e pela diminuição de oferta de vagas na Universidade Estadual de Roraima, sob a alegação de falta de recursos, é vergonhoso o discurso de crise quando ao mesmo tempo os Deputados Estaduais aprovam vantagens que tiram a possibilidade de investimento em setores importantes para a sociedade, como saúde e educação. Cabe lembrar ainda a ausência de mais investimentos no ensino básico e o desrespeito às reivindicações da última greve da educação no estado que durou 73 dias. Portanto, repudiamos o ato dos senhores Deputados Estaduais e exigimos revogação imediata do Decreto Legislativo nº 006/16, para que o recurso que seria destinado às suas regalias seja revertido em investimentos nas políticas sociais do Estado de Roraima.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção: 10

Proponente: Diretoria do ANDES-SN

Destinatários:

Governadoria do Estado de Mato Grosso do Sul. Parque dos Poderes, Bloco VIII, Cep 79.031-350. Campo Grande-MS.

Telefone: (67) 3318-1000

FUNAI – Coordenação Regional do MS. Avenida Maracajú, nº 768, Centro. CEP: 79002-212, Campo Grande (MS)

Telefone: (67) 3321-5245/4166/3382-2326

E-mail: cr.campogrande@funai.gov.br

Cópias para: ADUFDOURADOS, ADUEMS, ADLeste

FATO MOTIVADOR: assassinato indígenas Guarani-Kaiowá em Mato Grosso do Sul

MOÇÃO DE APOIO AOS GUARANI-KAIOWÁ DO MS

Os(as) Delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, declaram Basta de Genocídio! Pela demarcação das terras indígenas já!

O dia 14 de junho de 2016 entra para a história como um dia trágico para os povos originários. Momento em que a violência desencadeada pelos agentes do agronegócio atingiu comunidades indígenas da região do Mato Grosso do Sul. Os fazendeiros, organizados em grupos paralimitares, armaram uma emboscada contra líderes indígenas que resultou em uma morte e seis feridos no município de Caarapó-MS. As comunidades dos tekohas Tey Jusu, Pyelito Kue, Apyra'i, dentre outras terras indígenas, resistem aos ataques paralimitares e do Estado, o qual não reconhece o direito desses povos.

Fazemos nosso o questionamento de uma liderança Guarani-Kaiowá:

- Não... Hoje não é um bom dia, amanhã também não será um bom dia.

Cansamos de falar em direitos humanos.

Direitos humanos para quem?

Direitos humanos para as elites do Brasil?

Direitos humanos para os políticos canalhas de terno?

Direitos humanos para as transnacionais?

Direitos humanos para o legislativo, o executivo e o judiciário?
Direitos humanos para fazendeiros, Polícia Federal, Polícia Militar, Departamento de Operação de Fronteiras, militares e assassinos?
Direitos humanos para jantar com seus pratos cheios de sangue puro e nobre indígena?
Direitos humanos para quem?
Para os povos originários nada?
Para os povos originários a morte?
Para os povos originários dor?
Para os povos originários genocídio?
Para os povos originários sofrimento?

Terra e liberdade para os Guarani-Kaiowá!

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 11

Proponente: Diretoria do ANDES-SN

Destinatário: Governador do Estado do Paraná

Endereço do Destinatário: Praça Maria de Salete, Centro Cívico, Curitiba (PR)

MOÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Os(as) Delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, manifestam seu repúdio ao governo estadual que está se posicionando pelo não cumprimento do reajuste salarial firmado no final da greve de 2015, o qual deverá ser cumprido em 2017, com a justificativa de não haver provisões orçamentárias que garantiu à categoria a reposição salarial. Além disso, repudiamos também o contingenciamento (corte) de recursos orçamentários para o custeio dessas Universidades que tem acarretado enormes prejuízos para o desenvolvimento com normalidade das atividades de ensino nas universidades paranaenses.

O orçamento programado das sete universidades estaduais (UEL, UEM, UENP, UEPG, Unespar Unicentro e Unioeste) para o custeio das atividades de ensino para o ano de 2016, autorizado pelo governador, prevê a destinação de R\$ 107.915.409. No ano passado, as universidades receberam R\$ 142.066.193. O orçamento de custeio para o ano de 2016 sofreu um corte de mais de R\$ 34 milhões, o equivalente a quase 25% (vinte e cinco por cento), se comparado ao orçamento executado em 2015. O mais grave é que os reitores, até a presente data, não conseguiram negociar com o governo estadual uma solução definitiva para o problema.

O secretário de Estado da Fazenda, Mauro Ricardo, tem mantido a política de restrição de financiamento da educação pública e tem sido, e é insensível, aos pleitos da comunidade universitária paranaense.

O posicionamento adotado pelo governo Beto Richa coloca em risco a continuidade do funcionamento das universidades.

Diante do exposto, exigimos o cumprimento imediato do orçamento solicitado pelas IEEs, bem como o cumprimento dos acordos firmados em lei com o movimento docente, quando do encerramento da greve de 2015, que garantiu o reajuste dos professores das Universidades Estaduais.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 12

Proponente: Dan Gabriel D’Onofre

Seção Sindical: ADUR-RJ

Destinatários: Reitoria da UFRJ, Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos do Rio de Janeiro

Endereço(s) do(s) Destinatário(s):

- 1) Av. Pedro Calmon, 550, Edifício da Reitoria, 8º Andar, sala 810 B – Cidade Universitária – Rio de Janeiro (RJ), CEP: 21941-901

E-mail: reitoria@reitoria.ufrj.br

- 2) Praça Cristiano Ottoni, s/nº, 6º andar – Centro **Cidade** Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20.221-250

E-mail socialrj@gmail.com

Fato Motivador da Moção: assassinato do estudante da UFRJ, Diego Vieira Machado

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, repudiam o assassinato de Diego Vieira Machado, aluno do Curso de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sua morte evidencia os aspectos mais nefastos da violência contra negros e gays na sociedade brasileira. Nascido no Estado do Pará, Diego era aluno em vulnerabilidade tanto pela condição financeira, quanto por ser negro, nortista e gay no sudeste brasileiro. Seu aniversário seria no dia 7 de agosto, quando completaria 25 anos. Exigimos que a reitoria da UFRJ acompanhe as investigações sobre o caso e avance nas políticas de mitigação à vulnerabilidade aos alunos que se valem das estruturas de moradia nos seus Campi. Ressalta-se que esse caso precisa ser acompanhado prontamente pela Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos do Rio de Janeiro, com vistas a cooperar nas investigações sobre os motivos do assassinato que apresenta fortes indícios de racismo e de homofobia. Dessa forma, as/os Delegadas/os do 61º CONAD do ANDES-SN demandam apuração desse crime com as devidas punições a quem o cometeu, com vistas a não normatização e naturalização da morte da população negra e LGBTTI. Aproveitamos para manifestar aos amigos e aos familiares, assim como à comunidade da UFRJ, nossos sentimentos e a esperança de que a memória de Diego motive a luta diária contra todas as formas de opressão à população negra e LGBTTI.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 12

Proponente: Assembleia dos Docentes da ADUR-RJ

Seção Sindical: ADUR-RJ

Destinatário(s): Empresa LINCE e Administração Central da UFRRJ

Endereço(s) do(s) Destinatário(s):

- Rua Ana Elias Kretzer, 30, Bairro Ipiranga, Cidade São José (SC), CEP: 88111-507

E-mail linceseg@linceseg.com.br

- BR 465, KM 7, Cidade Seropédica (RJ), CEP: 23.897-000

E-mail gabinete@ufrj.br

Fato Motivador da Moção: ilegalidades cometidas pela empresa Lince contra os trabalhadores terceirizados

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os(as) Delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, repudiam a ação da empresa Lince, que vem exigindo que os trabalhadores terceirizados renunciem do direito ao vale-transporte, sob ameaça de demissão aos que não cumprirem a ordem ilegal da empresa. Exigimos providências da Administração Central da UFRRJ para notificar a Lince e realizar os trâmites necessários para garantir os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores da empresa, os quais compõem a Comunidade Ruralina, reavendo o valor pago por eles no que tange ao deslocamento de suas residências ao seu posto de trabalho, nos meses em que tiveram seu vale-transporte não pago.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 13

Proponente(s): Assembleia dos Docentes da ADUR-RJ

Seção Sindical: ADUR-RJ

Destinatário: Administração Central da UFRRJ

Endereço do destinatário: BR 465, KM 7, Cidade Seropédica (RJ), CEP: 23.897-000

E-mail: gabinete@ufrj.br

Fato Motivador da Moção: transfobia e violência de gênero

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os(as) Delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, repudiam negligência e omissão costumeiramente demonstradas pela administração central da UFRRJ diante de inúmeros casos relacionados a agressões e à violência de gênero, além de fobias ligadas às identidades de pessoas lésbicas, transexuais, travestis, gays, bissexuais e intersexuais nos seus campi. Essa nota tem como principais causas a deliberada ação de desrespeito

e de violação de direitos por parte de quadros dirigentes da universidade, reforçada pela inexistência de uma política ligada ao reconhecimento da cidadania transexual e travesti em nossa universidade e ausência de uma política que combata a cultura do estupro, e, sobretudo, a omissão de punição para aqueles que cometem agressão e violência sexual de gênero nos campi da UFRRJ.

Mesmo diante do Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, tal direito tem sido cerceado diante da iniciativa do gabinete da reitoria, que interpreta o dispositivo como garantia restrita aos servidores. Por ter sido aprovado por conselhos universitários, o emprego do nome social deve ser garantido e figurar exclusivamente em qualquer que seja a documentação no âmbito da universidade. A usual postura de desrespeito administrativo aos direitos tem resultado em práticas de violências transfóbica e de gênero sistemáticas nas universidades. O mais recente caso foi tornado público pela denúncia de violência contra o discente transexual que, num momento de vulnerabilidade resultante de prática de assédio dentro da universidade, tentou suicídio. A cadeia de práticas abusivas não se interrompeu e ao buscar o Posto de Atendimento Médico da UFRRJ foi caluniado, mal atendido e ferido tanto pela autoridade médica, quanto pela assistência em enfermagem (que o acusou de falsificação de documento por constar no seu nome do registro civil e do social). Esse fato por si só é apenas uma demonstração de como a administração central da UFRRJ tem sido negligente no que diz respeito à garantia de direitos da população LGBTTI ruralina. Mas para além das triviais e ineficazes sindicâncias, as quais não punem quem violenta, exigimos que esse caso seja encaminhado aos Conselhos Regionais de Medicina e Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro, com vistas a avaliar o comprometimento ético desses trabalhadores diante de um paciente em situação de extrema vulnerabilidade.

No Brasil, diversas universidades, com destaque a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), que desde 2009 garante às pessoas transexuais o direito do uso do nome social, e os organismos públicos de unidades da federação desenvolvem tais garantias sociais. O atraso no debate sobre a temática aponta que a UFRRJ negligencia essa população que, infelizmente, é uma das que mais sofre violências no país. Além disso, os delegados do 61º CONAD exigem que a Administração Central da UFRRJ providencie, em caráter de urgência, a aplicação do Decreto nº 8.727 a quaisquer pessoas da Comunidade Ruralina.

Outro caso a ser registrado é o do suicídio de Isadora, aluna vítima de agressão sexual dentro da universidade. A longa cadeia de abusos e de negligências por parte de representantes do corpo docente, discente e administrativo da universidade resultou no suicídio da estudante Isadora; as práticas discriminatórias tomaram forma de assassinato. A negligência e cumplicidade frente à violência de gênero mostraram seus efeitos mais nefastos. Nossa solidariedade aos familiares e aos amigos de Isadora nesse momento é, ao contrário de outros casos, amparada numa prática de luta e resistência e não no oportunismo e casuísmo. A ADUR-RJ, seção do ANDES-SN, tem participado ativamente da luta contra a violência e o machismo dentro e fora da Universidade. Fora dessa luta, não existe solidariedade real e sincera.

Diante do exposto, os delegados do 61º CONAD exigem da Administração Central da UFRRJ a criação de políticas para combater a cultura do estupro e para o reconhecimento das identidades de gênero de pessoas travestis e transexuais, com programas de treinamento e de debates com os segmentos dos/das terceirizados, dos/das servidores/as, dos/das professores/as e dos/das alunos/as, com vista a mitigar possíveis situações que ponham em risco a dignidade humana de mulheres e da população

LGBTTI. Ademais, exigimos da Administração Central da UFRRJ a criação de um procedimento que suspenda os acusados que cometeram agressões e violências de gênero e de fobias ligadas às identidades da população LGBTTI de suas atividades na universidade, sejam eles do corpo discente, docente ou administrativo. Tais agressões, violências e fobias devem ser apuradas pelos órgãos competentes da sociedade civil e não pela comunidade acadêmica da UFRRJ. Em casos de confirmação das agressões e das violências, exigimos da Administração Central da UFRRJ a expulsão dos agressores.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 14

Proponentes: Dan Gabriel D’Onofre, Jussara de Cássia Soares Lopes, Sara Martins Araújo, Diretoria da ADUFOP e Diretora d ADUR

Seção Sindical: ADUR-RJ, ADUFOP

Destinatários: Governadoria do Estado de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC), Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG), UNIMONTES, UFOP

Endereços dos destinatários:

- Rodovia Papa João Paulo II, 3777, Serra Verde, Palácio Tiradentes, Cidade Administrativa, Belo Horizonte (MG), CEP 31630-903

- Rodovia Papa João Paulo II, 4143, Serra Verde, Cidade Administrativa, Belo Horizonte (MG), CEP 31630-900

Rodovia Papa João Paulo II, 4143, Serra Verde, 4º andar do Edifício Minas, Cidade Administrativa, Belo Horizonte (MG), CEP 31630-900

- Avenida Dr. Ruy Braga, S/N, Vila Mauriceia, Montes Claros (MG), CEP: 39401-089

Fato Motivador da Moção: assassinato motivado por homofobia ao professor André Felipe Colares, da UFOP

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os(as) Delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, repudiam o assassinato motivado por homofobia ao professor André Felipe Vieira Colares, do curso de Administração, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Sua morte ocorreu na madrugada da última sexta-feira (1º/7/2016), na cidade de Montes Claros (MG), durante uma formatura do curso de Medicina da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Ao que tudo indica, o crime foi motivado por homofobia. Dessa forma, os Delegados do 61º CONAD do ANDES-SN demandam apuração desse crime com as devidas punições a quem o cometeu, com vistas a não normatização e naturalização da morte da população LGBTTI. Aproveitamos para manifestar aos

amigos e aos familiares, assim como à comunidade da UFOP, nossos sentimentos e a esperança de que a memória de André motive a luta diária contra todas as formas de opressão à população LGBTTI.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 16

Proponentes: Gean Claudio de Souza Santana, Gracinete Bastos de Souza, Sérgio Luiz Carmelo Barroso, Vamberto Ferreira Miranda Filho

Seções Sindicais: ADUFS-BA, ADUSB e ADUNEB

Destinatários: Governador do Estado da Bahia, Prefeito município de Santaluz, Secretário de Educação do Estado da Bahia e do município de Santaluz, Ministério Público do Estado da Bahia, Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Estado da Bahia, Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia, Presidência da República

Fato Motivador da Moção: violência lgbtfóbica

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os(as) Delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, vêm a público manifestar seu veemente repúdio à violência lgbtfóbica que, no dia 10 de junho do corrente ano, em Santaluz (BA), fez mais duas vítimas: um casal de professores, Edivaldo Silva de Oliveira e Jeovan Bandeira, foram assassinados, tendo seus corpos carbonizados. Esse é o 20º caso de assassinato lgbtfóbico que ocorreu na Bahia, e o 149º no Brasil, em menos de 4 meses nos quase 7 meses de 2016, segundo levantamento realizado pelo Grupo Gay da Bahia.

Assim como esses casos de violência lgbtfóbica, vários outros de violência física nem chegam às estatísticas policiais, pois muitas vítimas se sentem constrangidas na oficialização da denúncia dos agressores, assim como os milhares de casos de assédios e de *bullying*, motivados em muitos casos nas escolas, universidades, locais de trabalho e no atendimento em hospitais, delegacias e consultórios, públicos e privados. Todos esses episódios de violência revelam as consequências de uma ideologia e de discurso heteronormativo, sexista e lgbtfóbico que precisamos combater.

Também, cabe-nos ressaltar que as violências lgbtfóbicas são resultado da falta de políticas e de ações efetivas por parte dos governos federal, estaduais e municipais, que traz como consequência esses tipos de agressões e a morte de centenas de lésbicas, de travestis, de transexuais e de gays anualmente no Brasil.

Exigimos o acompanhamento pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia e a punição de todos os criminosos envolvidos pelos assassinatos do casal de professores. Reivindicamos, ainda, uma política de Estado efetiva de combate à homofobia, à lesbofobia, à transfobia e à travestifobia pelos governos federal, estaduais e municipais.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 17

Proponente: Diretoria do ANDES-SN

Destinatários:

- Reitor UNIPAMPA, Marco Hansen
- Conselho Universitário da UNIPAMPA
- Diretora do Campus Jaguarão UNIPAMPA, Ana Cristina Rodrigues

Endereço do Destinatário:

- Av. General Osório, 900, Bagé (RS), CEP: 96400-100

E-mails: reitor@unipampa.edu.br ; chefiadegabinete@unipampa.edu.br ; profanacrisrodrigues@gmail.com

Fato Motivador da Moção: apoio à ocupação do “Bloco de Lutas pela educação pública”, no campus Jaguarão da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e o repúdio a qualquer tentativa de criminalização ou de perseguições políticas

MOÇÃO DE APOIO

Os(as) Delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, manifestam o apoio à ocupação do Bloco de Lutas pela Educação Pública no campus Jaguarão da Unipampa e o repúdio a qualquer tentativa de criminalização ou de perseguições políticas.

Essa ocupação do movimento estudantil completa mais de 50 dias e foi desencadeada pelos cortes orçamentários e pelas demissões das trabalhadoras e dos trabalhadores terceirizados.

A Unipampa chegou a ter seis dos seus dez campi ocupados, o que demonstra o descontentamento em relação aos ataques à educação pública e a força do movimento estudantil nesta resistência.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 18

Proponente: Diretoria da SEDUFMSM

Destinatário: Ministério da Justiça

Endereço do Destinatário: Esplanada dos Ministérios – Brasília/DF

Fato Motivador da Moção: cerração das negociações para a vinda de 100.000 sírios para o Brasil

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os(as) Delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, manifestam repúdio à paralisação das negociações entre o Ministério da Justiça do Brasil e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ONU/ACNUR) ao acolhimento de 100.000 sírios no país.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 19

Proponente: Diretoria da SEDUFMSM

Destinatário: Ministério das Relações Exteriores

Endereço do Destinatário: Palácio Itamaraty. Esplanada dos Ministérios - Bloco H Brasília/DF – Brasil. CEP 70.170-900

Fato Motivador da Moção: nota do MRE dando conta da intenção do Brasil em rever voto em Assembléia da UNESCO que supostamente desconsidera a relação dos israelenses com alguns elementos do patrimônio cultural existente em território palestino

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os(as) Delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, manifestam repúdio à tentativa do Ministério de Relações Exteriores em relação a um voto dado pelo Brasil, em Assembleia da UNESCO, que trata do patrimônio cultural do Estado palestino.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 20

Proponente: Vinicius Luge Oliveira

Seção Sindical: SESDUF-RR

Destinatário: Henrique Pena Nieto

Endereço do Destinatário: Plaza de la Constitucion, Palácio Nacional , México (D.F), CEP: 06067

E-mail: gobmx@funcionpublico.gob.mx

Fato Motivador da Moção: massacre de manifestantes em Oaxaca, México

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os(as) Delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, manifestam repúdio ao massacre realizado pelo governo mexicano aos educadores que estavam em uma manifestação pacífica no estado de Oaxaca. Resultou do massacre o saldo de 6 mortos, 22 desaparecidos e 50 feridos a bala.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 21

Proponentes: Cecília Maria Pinto do Nascimento e Alexandre Bergamin Vieira

Seções Sindicais: ADUEMS, ADUFDOURADOS, ADLESTE e ADUFMAT

Destinatários: Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul (representante legal).

Endereço dos Destinatários: Palácio Guaicurus – Avenida Desembargador José Nunes da Cunha – Parque dos Poderes – Bloco 9, Jardim Veraneio Cep.: 79031-901 – Campo Grande – MS Brasil

Fato Motivador da Moção: resultado da CPI sobre a ação/omissão do Estado de Mato Grosso do Sul nos casos de violência praticados contra os povos indígenas no período de 2000 a 2015.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os(as) Delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, manifestam repúdio ao resultado da CPI sobre a ação/omissão do Estado de Mato Grosso do Sul nos casos de violência praticados contra os povos indígenas no período de 2000 a 2015. Segundo

os dados do DSEI-MS, divulgados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a CPI desconsiderou que, nesse período, foram registrados 475 assassinatos e 753 suicídios de indígenas. A comissão também desconsidera que, desde 2015, diversos ataques paramilitares têm sido orquestrados por grupos de fazendeiros para a retomada dos territórios Guarani e Kaiowá. O último ataque aconteceu no município de Caarapó, no dia 14/6 e resultou em 4 homens e uma criança feridos a bala e no assassinato de Clodiode Aquileu Rodrigues de Sousa, liderança e agente de saúde indígena.

O estado de Mato Grosso do Sul não pode se omitir frente ao genocídio dos Povos Indígenas. O Estado de Mato Grosso do Sul não pode se omitir frente ao direito originário dos Povos Guarani e Kaiowá.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 22

Proponente: Diretoria da SESDUF-RR

Seção Sindical: SESDUF-RR

Destinatário: Ministro da Justiça – Alexandre de Moraes

E-mail: ouvidoriageral@mj.gov.br

Endereço do Destinatário: Esplanada dos Ministérios – Brasília (DF)

Fato Motivador da Moção: possível indicação do General da Reserva, Roberto Peternelli, à Presidência da FUNAI

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os(as) Delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, manifestam profunda indignação em relação à indicação que vem sendo noticiada do General da Reserva, Roberto Peternelli (PSC), para o cargo de presidente do órgão indigenista, Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Considerando que a indicação do referido general se dá com base na articulação de parlamentares anti-indigenistas, tendo em vista também que ele exalta publicamente o período da Ditadura Civil-Militar que perdurou no Brasil entre os anos de 1964 a 1985, os(as) Delegados(as) não compactuam com nenhum retrocesso nos direitos dos povos indígenas e no âmbito da política indigenista.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 23

Proponentes: Lemuel Rodrigues da Silva, Antônio Gautier Farias Falconieri e Alessandro Donato Carvalho

Seção Sindical: ADUERN

Destinatários:

- Robinson de Mesquita Faria – Governador do Estado do Rio Grande do Norte
- Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte
- Pedro Fernandes Ribeiro – Magnífico Reitor da UERN.

Endereço dos Destinatários:

E-mails:

Fato Motivador da Moção: atraso dos salários dos(as) docentes da Universidade do Rio Grande do Norte (UERN) e o não cumprimento do acordo de reajuste salarial

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os(as) Delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, manifestam repúdio contra os seis meses consecutivos de atraso dos salários e pelo não recebimento da categoria para negociar o cumprimento do acordo celebrado entre a UERN e o governo do estado do Rio Grande do Norte.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 24

Proponentes: Fábio Venturini e Antônio Eduardo Alves de Oliveira

Seções Sindicais: ADUNIFESP e APUR

Destinatário: Conferência Nacional dos Trabalhadores da Educação

Endereço dos Destinatários: SDS, Ed. Venâncio III, salas 101-106, Brasília (DF), CEP: 70393-902

E-mail: cnte@cnte.org.br

Fato Motivador da Moção: repressão à Marcha dos professores contra o golpe na educação

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

Os(as) Delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, manifestam solidariedade aos professores, à CNTE e repudiam a ação repressiva contra os/as trabalhadores/as em

educação, exigindo apuração e punição dos responsáveis, que, no dia 29 de junho, no ato dos educadores contra o golpe na educação, realizado pela CNTE, na sede do Ministério da Educação (MEC), receberam o movimento com violenta repressão policial, até mesmo com o desaparecimento do professor Fernando Lima Santos.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 25

Proponentes: Antonio Belon, Adriana Gomes, Fernando Damasceno, Karina Meira, Lorene Figueiredo, Luciano Miranda, Marcos Escher, Patrícia Andrade

Seções Sindicais: Adleste, SESDUF-RR, ADUFU, ADURN, ADUFF, SEDUFMS, APESJF, SINDCEFET-PI, SINDINIFESPA

Destinatário: Seção IX Democrática – México

Endereço do Destinatário:

E-mail:

Fato Motivador da Moção: forte repressão que os professores vêm sofrendo e que resultou em vítimas fatais.

TEXTO DA MOÇÃO

Os(as) Delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, apoiam os professores mexicanos que vêm lutando contra a transformação da educação em um grande negócio de interesse do capital mexicano e internacional. Nas últimas três décadas, os professores mexicanos têm lutado contra gerações de reformas que resultaram no desmonte da educação pública e na sua precarização, sendo sua face mais grave a destruição de um modelo de educação própria incorporando a lógica individualista e da competitividade que caracteriza a chamada globalização.

Todo apoio à luta e à resistência dos professores organizados na Assembleia Nacional de representantes de Coordenação Nacional dos Trabalhadores da Educação.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 26

Proponente: Diretoria do ANDES-SN

Destinatários: MEC e Conselho Federal de Educação.

Seção Sindical: ADUFS-BA

Endereço dos Destinatários:

Fato motivador: Violência da polícia do Distrito Federal no final da marcha do II ENE

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os(as) Delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, manifestam repúdio pelas ações violentas desferidas pela polícia do Distrito Federal contra professores, estudantes e técnicos, no final da marcha de abertura do II Encontro Nacional de Educação, no dia 16 de julho de 2016.

A marcha, que teve seu término em frente ao MEC, já surpreendida com a prisão de dois professores e de dois estudantes quando já se dirigiam ao ônibus de retorno. Tais atos traduzem a forma truculenta com a qual é tratada a defesa da educação pública e gratuita, e reflete a criminalização dos movimentos sociais.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 27

Proponente: Diretoria do ANDES-SN

Destinatários: Ministério Público do Distrito Federal e Reitor da UnB/Conselho Universitário

Seção Sindical: ADUNB

Endereço dos Destinatários:

Fato Motivador da Moção: Violência fascista contra a Comunidade Universitária no II ENE

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os(as) Delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, repudiam a ação violenta de um grupo fascista contra a comunidade universitária da Universidade de Brasília (UnB), ocorrida no dia 17 de junho de 2016.

O ato teve características racistas, homofóbicas, machistas, misóginas e autoritárias, oriundas de discursos de ódio e intolerância. Os agressores utilizaram bombas e armas de choque dirigidas contra pessoas que transitavam pelo local do ataque e gritavam expressões do tipo: vagabundos, gays safados, parasitas, maconheiros, cotistas golpistas, comunistas e ditadores.

Boa Vista, 3 de julho de 2016

Moção 28

Proponente: Dan Gabriel D'Onofre

Seção Sindical: ADUR-RJ

Destinatários: Reitoria da UFRJ, Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos do Rio de Janeiro

Endereço(s) do(s) Destinatário(s):

3) Av. Pedro Calmon, 550, Edifício da Reitoria, 8º Andar, sala 810 B – Cidade Universitária – Rio de Janeiro (RJ), CEP: 21941-901

E-mail: reitoria@reitoria.ufrj.br

4) Praça Cristiano Ottoni, s/nº, 6º andar – Centro **Cidade** Rio de Janeiro (RJ), CEP: 20.221-250

E-mail socialrj@gmail.com

Fato Motivador da Moção: assassinato do estudante da UFRJ, Diego Vieira Machado

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os(as) delegados(as) ao 61º CONAD do ANDES-SN, realizado em Boa Vista (RR), no período de 30 de junho a 3 de julho de 2016, repudiam o assassinato de Diego Vieira Machado, aluno do Curso de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sua morte evidencia os aspectos mais nefastos da violência contra negros e gays na sociedade brasileira. Nascido no Estado do Pará, Diego era aluno em vulnerabilidade tanto pela condição financeira, quanto por ser negro, nortista e gay no sudeste brasileiro. Seu aniversário seria no dia 7 de agosto, quando completaria 25 anos. Exigimos que a reitoria da UFRJ acompanhe as investigações sobre o caso e avance nas políticas de mitigação à vulnerabilidade aos alunos que se valem das estruturas de moradia nos seus Campi. Ressalta-se que esse caso precisa ser acompanhado prontamente pela Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos do Rio de Janeiro, com vistas a cooperar nas investigações sobre os motivos do assassinato que apresenta fortes indícios de racismo e de homofobia. Dessa forma, as/os Delegadas/os do 61º CONAD do ANDES-SN demandam apuração desse crime com as devidas punições a quem o cometeu, com vistas a não normatização e naturalização da morte da população negra e LGBTTI. Aproveitamos para manifestar aos amigos e aos familiares, assim como à comunidade da UFRJ, nossos sentimentos e a esperança de que a memória de Diego motive a luta diária contra todas as formas de opressão à população negra e LGBTTI.

Boa Vista, 3 de julho de 2016